

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA GUINÉ-BISSAU: O primeiro curso de habilitação de professores

Leonel Vicente MENDES ¹

RESUMO

O presente trabalho constitui um recorte de uma pesquisa de doutoramento em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP), cujo tema é *História da Formação de Professores na Guiné-Bissau: a busca por novos caminhos frente às instabilidades políticas*, inserida na área de concentração *Formação, Currículo e Práticas Pedagógicas*, sob a orientação da Professora Doutora Maria Isabel de Almeida. O artigo apresenta resultados preliminares referentes à fundação, ao funcionamento e à organização do primeiro curso de habilitação de professores instituído na Guiné-Bissau, na década de 1960, já no final do período colonial: a Escola de Formação de Professores Arnaldo Schultz, localizada em Bolama, criada com o objetivo de formar professores guineenses de “Posto” que atuariam nas zonas rurais. A história da formação de professores está intrinsecamente relacionada à evolução do sistema educativo. Durante o período colonial, a população bissau-guineense era classificada entre “indígena” e “civilizada”, e o sistema educativo foi estruturado com base nessa perspectiva. Assim, criaram-se escolas distintas para atender às necessidades de cada grupo social, de acordo com a compreensão e os interesses da administração colonial: a escola missionária “rudimentar” (denominada *escola de adaptação* após 1956), destinada aos indígenas não civilizados, e a escola primária e elementar, voltada às populações consideradas civilizadas. É dessa gênese do percurso formativo de professores bissau-guineense que tratamos neste texto.

Palavras-chave: Formação de professores. História. Guiné-Bissau.

ABSTRACT

This paper is an excerpt from ongoing doctoral research in the Graduate Program in Education at the University of São Paulo (USP), whose theme is *History of Teacher Training in Guinea-Bissau: the search for new paths in the face of political instability*, within the area of concentration *Training, Curriculum, and Pedagogical Practices*, under the guidance of Professor Maria Isabel de Almeida, PhD. The article presents preliminary results regarding the foundation, operation, and organization of the first teacher training course established in Guinea-Bissau in the 1960s, at the end of the colonial period: the Arnaldo Schultz Teacher Training School, located in Bolama, created with the aim of training Guinean teachers from “Posto” who would work in rural areas. The history of teacher training is intrinsically linked to the evolution of the education system. During the colonial period, the Guinean-Bissau population was classified as either “indigenous” or “civilized,” and the education system was structured based on this perspective. Thus, different schools were created to meet the needs of

¹ Doutorando em educação pela Universidade de São Paulo (USP), bolsista CAPES E-mail: leonelmendes@usp.br

each social group, according to the understanding and interests of the colonial administration: the “rudimentary” missionary school (called *escola de adaptação* after 1956), intended for uncivilized indigenous people, and the primary and elementary school, aimed at populations considered civilized. It is this genesis of the training path of Guinean-Bissau teachers that we address in this text.

Keywords: Teacher training. History. Guinea-Bissau.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta resultados preliminares que comporão um dos capítulos da tese de doutorado em desenvolvimento na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), cujo tema trata da *História da Formação de Professores na Guiné-Bissau: a busca por novos caminhos frente às instabilidades políticas*. O projeto de pesquisa doutoral tem como propósito analisar a configuração das políticas públicas guineenses voltadas à formação de professores, bem como os principais pontos de estrangulamento que têm impedido seu avanço entre os anos de 1963 e 2024. Em termos metodológicos, a pesquisa possui caráter qualitativo.

O recorte temporal adotado toma como marco inicial a luta anticolonial na Guiné-Bissau, com o objetivo de estudar as ações políticas de formação de professores desenvolvidas pelos sucessivos governos, desde o período pós-independência até a atualidade. Este trabalho, em particular, apresenta o contexto de fundação e organização da primeira Escola de Formação de Professores — Arnaldo Schultz — localizada na cidade de Bolama, Guiné-Bissau, durante o período colonial.

A grande maioria da população africana foi excluída do acesso a qualquer forma de instrução, sobretudo ao ensino primário, em virtude das políticas discriminatórias, racistas e elitistas que separavam as populações entre “civilizados” e “não civilizados” durante o período colonial. Conforme Silva (2006), o “Diploma dos Cidadãos”, aprovado durante o mandato de Marcello Caetano como Ministro das Colônias (1944-1947), refere-se ao Diploma Legislativo n.º 1364, de 7 de Outubro de 1946, que revisou o denominado “Diploma dos Assimilados” (Diploma Legislativo n.º 535, de 8 de Novembro de 1930), o qual estabeleceu as condições para que os naturais das colônias pudessem ascender à condição de “assimilados a europeus”, instituindo assim um estatuto pessoal, étnico e hereditário, aplicável aos guineenses de origem, mas não aos cabo-verdianos (que nunca estiveram sujeitos ao regime de indigenato).

De acordo com Silva (2006), a partir de 1946, na Guiné-Bissau, passaram a existir apenas duas categorias distintas para “indivíduos de raça negra, ou de sua descendência” -

indígenas e cidadãos (ou "civilizados") - com a abolição da terceira categoria de "assimilado". Os indígenas eram considerados indivíduos de raça negra ou de sua descendência que não preenchiam simultaneamente as seguintes quatro condições: a) falar, ler e escrever em português; b) possuir renda suficiente para seu sustento familiar; c) ter bom comportamento; d) ter cumprido os deveres militares. As condições para a ascensão à condição de cidadão português (ou seja, "civilizado") eram estabelecidas nos artigos 2.º e 3.º, sendo o bilhete de identidade o único documento que comprovava a qualidade adquirida de não indígena (artigo 4.º). Vale ressaltar que esse regime só seria aplicado em Angola e Moçambique em 1954, por meio do novo "Estatuto dos Indígenas", que desenvolveu a filosofia de assimilação presente na revisão constitucional de 1951, tendo Sarmiento Rodrigues como Ministro do Ultramar. O Diploma dos Cidadãos foi considerado "o mais importante no contexto do Império Colonial Português".

A escola missionária "rudimentar" (denominada *escola de adaptação* após 1956) destinava-se aos indígenas "não civilizados", enquanto a escola elementar era voltada às "populações civilizadas". As escolas elementares possuíam um currículo adaptado às aprendizagens tradicionais, centradas no saber ler, escrever e contar. Contudo, o mesmo não ocorria nas escolas "rudimentares", que estavam sob a responsabilidade das Missões Católicas e destinadas à população indígena "não civilizada".

De acordo com o artigo 68 do *Estatuto Missionário* de 1941, tais escolas tinham entre seus objetivos oferecer à população indígena uma formação racional e estimular, entre homens e mulheres, hábitos de trabalho e competências técnicas que atendessem à situação e às necessidades das economias regionais, segundo a ótica colonial. Essas escolas foram criadas com a finalidade de civilizar, instruir e catequizar os indígenas, independentemente do sexo e da idade.

Segundo Gonçalves (2002), a formação de professores para as escolas rudimentares ficava sob a responsabilidade das Missões, enquanto os professores destinados às escolas elementares eram formados em Portugal e enviados para atuar na Guiné-Bissau, muitas vezes conciliando essa designação com conveniências familiares.

Em setembro de 1961, com a promulgação do Decreto-Lei n.º 43.893, foi revogado o *Estatuto do Indigenato* e, a partir dessa data, todos os cidadãos residentes no território guineense passaram a ter, teoricamente, direito à nacionalidade portuguesa. Assim, no campo da educação não deveria haver mais um tipo de ensino exclusivamente destinado aos africanos, uma vez que a distinção entre "indígenas" e "civilizados" fora oficialmente abolida por meio do referido

decreto. Em outras palavras, a população estudantil não deveria mais ser diferenciada por critérios de raça ou origem em nenhum dos territórios sob domínio do salazarismo.

O ensino e as escolas anteriormente destinados aos indígenas — as chamadas escolas rudimentares — foram fundidas com as escolas elementares e secundárias que atendiam os “civilizados”. Esse foi o período em que se verificou o maior crescimento da rede escolar e do número de professores nas colônias portuguesas em África.

A partir das ações mencionadas anteriormente, que impulsionaram a expansão da rede escolar, surgiu também a necessidade de formar técnicos e professores capazes de contribuir para os processos educativos das populações e, simultaneamente, de ensinar a ler e escrever — condição essencial para a manutenção do regime colonial.

O presente trabalho contém, além desta introdução, uma seção e as considerações finais. Na referida seção discute-se a fundação, o funcionamento e a organização do primeiro curso de habilitação de professores instituído na Guiné-Bissau, na década de 1960. Nas considerações finais apresenta-se uma breve síntese das discussões desenvolvidas ao longo do texto.

É importante destacar que este estudo constitui apenas uma introdução à temática, a qual será aprofundada no âmbito da pesquisa doutoral atualmente em andamento.

PRIMEIRO CURSO DE HABILITAÇÃO DE PROFESSORES NA GUINÉ-BISSAU

De fato, o ensino era praticamente inexistente na Guiné-Bissau durante o período colonial, em especial no que diz respeito ao curso de formação de professores. Os dados disponíveis claramente evidenciam a falta de capacidade - ou até mesmo de interesse - por parte das autoridades coloniais em investir em políticas voltadas para a formação docente. Até 1960, apenas onze guineenses africanos haviam obtido o nível de licenciatura universitária, todos eles considerados portugueses assimilados. O quadro 1 apresenta as modalidades de ensino, instituições, corpo docente e alunos na Guiné-Bissau durante o período colonial.

Quadro 1. Nível de ensino e formação na Guiné-Bissau colonial (31 de dezembro de 1959)

Modalidades de ensino	Estabelecimentos	Pessoal docente	Alunos
Ensino de adaptação oficial (em escolas do Estado)	-----	-----	-----
Escolas das missões católicas	160	155	10009
Ensino primário oficial	13	32	1061
Ensino primário das missões católicas	34	41	2464
Formação profissional	17	15	445

Formação profissional das missões católicas	18	34	606
Formação de pessoal docente	-----	-----	-----
Ensino secundário	1	16	249
Ensino particular ²	-----	-----	-----

Fonte: Ferreira (1977, p. 84).

De acordo com Cunha e Bá (2008), a mudança começou a ocorrer de forma paulatina a partir da década de 1960, com a publicação do Decreto-Lei nº 45.908, de 10 de setembro de 1964, que promulgou a reforma do ensino primário elementar. No seu Capítulo II, o referido decreto define que o corpo docente seria composto por professores de ensino primário, professores de Posto Escolar e monitores escolares. Os professores de ensino primário eram formados — ou “diplomados” — pelas escolas de magistério.

Sob a vigência desse decreto, foi criada, em 1966, a Escola de Habilitação de Professores de Posto na cidade de Bolama³, por meio da Portaria nº 1.853, de 13 de dezembro de 1966. No ano seguinte, passou a ser denominada Escola de Habilitação de Professores de Posto Governador General Arnaldo Schultz⁴ (Cunha; Bá, 2008).

Ainda conforme os autores, a portaria instituiu a Escola para funcionar com autonomia, em regime de *lar acadêmico e internato*, abrangendo toda a província. O perfil de ingresso à época, segundo o artigo 38º do Decreto-Lei nº 45.908, exigia “a aprovação no exame do ensino primário ou de admissão ao ensino secundário, técnico ou liceal”. A formação tinha duração de quatro anos e, ao concluir o curso, o formando recebia um diploma que lhe conferia habilitação para atuar como Professor de Posto Escolar.

Ainda conforme Gonçalves (2002), os professores de Posto eram preparados ao longo de quatro anos para atuar em zonas rurais, dominando tanto as línguas étnicas quanto o português — condições consideradas essenciais e facilitadoras para o contato com as populações dessas áreas. O projeto educativo voltado à formação dos professores de Posto Escolar envolvia, além do domínio dos aspectos de alfabetização em leitura e escrita, a preparação dos docentes para lidar com diferentes dimensões da vida rural e comunitária.

² Não governamentais e não subsidiadas pelo Estado.

³ Bolama é uma das ilhas do Arquipélago de Bijagós e um setor da região de mesmo nome, situada na província do Sul da Guiné-Bissau. Em 1913, foi elevada à categoria de cidade, tendo sido capital da antiga Guiné Portuguesa até 1941.

⁴ Arnaldo Schultz foi um oficial do Exército português que, entre outras funções, foi Ministro do Interior de Portugal, durante o governo de Salazar, e Governador da “Guiné Portuguesa” entre 1965 a 1968.

No que se refere ao ingresso na Escola de Habilitação de Professores de Posto Escolar, Gonçalves (2002) acrescenta que o acesso a essa instituição ocorria de forma bastante precoce. A partir dos 14 anos de idade, alunos de todo o país podiam candidatar-se diretamente para cursar a 4ª classe, sendo submetidos a exames de Português e Matemática. O critério determinante da seleção era o domínio da língua portuguesa, utilizada como idioma de comunicação obrigatória durante todo o curso. Os candidatos que possuísem o 2º ciclo preparatório ou o curso preparatório das Escolas Técnicas ingressavam diretamente no 3º ano, conforme estabelecia a Portaria.

A seleção dos docentes para compor o quadro dessa escola era conduzida com elevado rigor. O corpo docente era constituído exclusivamente por professores formados nas Escolas de Magistério Primário de Portugal, pertencentes ao quadro português. Embora destacados para serviço naquele território, alguns desses professores exerciam também funções de inspetores. Para determinadas disciplinas da formação geral, eram ocasionalmente aproveitados militares portugueses que cumpriam o serviço militar na região (Gonçalves, 2002).

De acordo com dados apresentados por Cunha e Bá (2008), entre 1966 e 1974 a referida Escola de Habilitação de Professores formou cerca de 250 docentes destinados a atuar nas Escolas de Posto, sobretudo em áreas rurais. Esses professores dominavam tanto as línguas étnicas quanto o português, o que facilitava a comunicação com as populações locais. Além disso, eram preparados para intervir de forma ativa no desenvolvimento comunitário das zonas rurais. As disciplinas de saúde, higiene, agricultura e veterinária reforçavam essa orientação prática e social do processo formativo.

No que se refere ao plano de estudos (currículo), conforme Cunha e Bá (2008), o currículo da Escola de Habilitação de Professores de Posto Escolar correspondia ao mesmo modelo adotado no ciclo preparatório do ensino técnico-profissional, aprovado pela Portaria nº 13.800, de 12 de janeiro de 1952, cuja síntese é apresentada no Quadro 2.

Quadro 2. Currículo da Escola de habilitação de professores de Posto

1º ano	2º ano	3º e 4º anos
Disciplinas (as do ciclo preparatório do ensino técnico-profissional)	Disciplinas (as do ciclo preparatório do ensino técnico-profissional)	Disciplinas (as do ciclo preparatório do ensino técnico-profissional)
Língua Nacional	Língua Nacional	Língua Nacional
História da Pátria	História da Pátria	História da Pátria
Ciências Geográfico-Naturais	Ciências Geográfico-Naturais	Ciências Geográfico-Naturais
Matemática	Matemática	Matemática

Desenho e Trabalho Manual	Desenho e Trabalho Manual	Desenho e Trabalho Manual
Técnicas de desenvolvimento comunitário	Técnicas de desenvolvimento comunitário	Moral e Religião
		Formação portuguesa
		Técnica de desenvolvimento comunitária
Práticas de Agricultura, Pecuária e Trabalhos Rurais ou Formação Feminina	Práticas de Agricultura, Pecuária e Trabalhos Rurais ou Formação Feminina	Práticas de Agricultura, Pecuária e Trabalhos Rural ou Formação Feminina
Higiene Geral e Rural, Saúde Pública e Socorrismo ou Higiene Geral e Rural, Puericultura e Socorrismo	Higiene Geral e Rural, Saúde Pública e Socorrismo ou Higiene Geral e Rural, Puericultura e Socorrismo	Higiene Geral e Rural, Saúde Pública e Socorrismo ou Higiene Geral e Rural, Puericultura e Socorrismo
Atividade da Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina	Atividade da Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina	Atividades Sociais
Educação Física e Canto Coral	Educação Física e Canto Coral	Atividade da Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina
Estudo Dirigido	Preparação Docente	Educação Física e Canto Coral
	Noções de Pedagogia-Didáticas	Preparação Docente
	Práticas de Didáticas	Noções de Pedagogia-Didáticas
	Estudo Dirigido	Práticas de Didáticas
		Legislação e Escriturações Escolares

Fonte: Cunha e Ba (2008, p. 4).

A estratégia política do regime colonial baseava-se na diferenciação racial. Dessa forma, a educação era estruturada de modo distinto para os brancos — filhos de europeus — e para as populações locais. Diversos ideólogos portugueses defendiam publicamente uma concepção de ensino que segregava as populações indígenas consideradas “não civilizadas”.

Em um artigo publicado no *Jornal Gazeta das Colónias*, em 25 de novembro de 1926, intitulado “*Educação e Ensino: valorização das colônias pela educação profissional do indígena e necessidade de facilitar aos descendentes dos europeus o ensino elementar*”, pode-se observar, em síntese, o tipo de educação concebida pela colonização portuguesa para os povos indígenas, bem como o sentido, a finalidade, os métodos e os limites atribuídos ao ato de educar o indígena.

O primeiro passo consiste, pois, em transformar esses selvagens e bárbaros em pessoas úteis, inculcando-lhes hábitos pacíficos e conhecimento agrícolas e profissionais, auxiliando assim a colonização europeia, favorecendo-se a si próprios, tirando da terra mais abundantes produtos, ganhando maiores salários e vivendo mais confortavelmente. Aproveitar a raça negra, amoldá-la as suas e nossas necessidades, torna-la apta, desenvolvê-la aperfeiçoá-la como instrumento de produção e de trabalho agrícola e industrial, chama-la a nós, á nossa influência, aos nossos costumes e hábitos, dar-lhe das nossas comodidades e confortos a parte compatível com o seu estado social, atraí-lo pela ação civilizadora e humanitária, tal será o desideratum que somente se pode conseguir pela educação e instrução, mas ministradas por forma a não transformar o indígena, ainda com mandrice própria da sua raça, numa creatura nova, só pelo facto de saber ler e escrever; mas sim, a transformá-lo em creatura com o hábito do trabalho [...] O ensino a ministrar aos indígenas deve ser nitidamente profissional e a instrução literária deve ser rudimentar, limitando-se apenas à leitura e a escrita, operações de aritmética e umas noções de higiene prática (Gazeta das Colônias, 1926, p. 15).

A partir da segunda metade do século XX, especialmente na década de 1960, a política educacional, enquanto parte integrante da política colonial, passou por profundas transformações. Segundo Ferreira (1977), as mudanças políticas e econômicas ocorridas na Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial, o próprio desenvolvimento do capitalismo português e a pressão exercida pelos movimentos de libertação obrigaram Portugal a redefinir o rumo de sua política colonial, direcionando-a para um desenvolvimento acelerado da economia — sobretudo no que se refere à utilização da mão de obra nas colônias — e para uma política de assimilação mais intensificada.

Outro aspecto relevante a destacar, que possivelmente influenciou a reforma responsável por intensificar e acelerar a política de “assimilação”, foi o papel da educação para além do contexto político internacional. Trata-se, nesse sentido, do contexto interno marcado pelo surgimento e fortalecimento dos movimentos de luta anticolonial, bem como pelo início das ações armadas conduzidas pelos movimentos independentistas, que, desde a década de 1950, vinham promovendo atividades políticas de mobilização da população para a resistência armada. O ano de 1961 foi especialmente significativo, pois marcou o início da luta armada anticolonialista liderada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o que abriu caminho para que, por exemplo, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) iniciasse ações armadas, em 1963, contra o regime colonial português na Guiné-Bissau.

Os fatores internos e externos contribuíram para os diversos caminhos percorridos pelos movimentos nacionalistas de independência na Ásia e na África, bem como para a formação do que ficou conhecido como “Terceiro Mundo” (Canêdo, 1986).

Nesse contexto, o surgimento da Escola de Habilitação de Professores de Posto na Guiné-Bissau — destinada à formação de professores que atuariam principalmente nas zonas

rurais e onde se ministrava o ensino de adaptação — integrava um conjunto de estratégias políticas adotadas pelo regime de Antônio de Oliveira Salazar, no quadro geral da reforma educacional das colônias. Nessa conjuntura, a intenção era convencer os africanos de que não existiam ódios raciais entre portugueses e nativos, procurando transmitir a ideia de uma convivência harmoniosa.

Retomando a questão da Escola de Habilitação de Professores de Posto, especialmente o seu currículo apresentado no *Quadro 2*, destacam-se três disciplinas de particular relevância para o presente estudo: “Língua Nacional”, “História da Pátria” e “Atividades da Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina”.

A postura anti-intelectualista do regime salazarista moldou o perfil da formação docente, fundamentando-se essencialmente na ideologia e na doutrinação moral do Estado Novo. Um exemplo disso é a disciplina denominada “Língua Nacional”, em que a língua portuguesa era utilizada como instrumento de colonização e de consolidação da dominação cultural.

Em outras palavras, o programa que estabelecia as disciplinas que comporiam o curso de habilitação de professores das Escolas de Posto nas colônias não tinha como propósito desenvolver a capacidade crítica do aluno, mas sim incutir um sentimento nacionalista e patriótico em relação à nação e à pátria portuguesa. As disciplinas funcionavam, desse modo, como meios de promoção e estímulo do "orgulho nacional português" - a concepção de uma grande e próspera nação.

Essas iniciativas de expansão e imposição da língua portuguesa, realizadas de forma violenta e coercitiva, favoreceram a aniquilação e a extinção das línguas africanas, consideradas meros “dialetos” sob a ótica do colonizador. Ao mesmo tempo, contribuíram para acelerar o processo de aculturação e de desenraizamento das populações autóctones.

A disciplina “História da Pátria”, que figurava como obrigatória desde o primeiro até o último ano da formação, somava-se à disciplina de Moral e Religião, igualmente obrigatória nos dois últimos anos do curso (3º e 4º anos). Ambas integravam um conjunto de mecanismos voltados à propagação e à transmissão dos principais fundamentos da ideologia colonial, com o objetivo de legitimar a ocupação portuguesa na África e na Ásia.

Tornava-se, assim, imperativo, em termos doutrinários, que o regime salazarista e o ideário nacionalista se disseminassem por todas as camadas sociais das colônias, por meio de disciplinas como as ministradas na Escola de Habilitação de Professores de Posto e nos bancos das escolas primárias coloniais.

Os conteúdos dos livros escolares utilizados no ensino primário e secundário das colônias — especialmente nas áreas de História e Geografia — abordavam quase exclusivamente a realidade da metrópole. Sobre os povos africanos, pouco ou nada se dizia, como se a África não possuísse história antes da invasão dos colonizadores europeus. Por exemplo, os conteúdos de História enfatizavam o “descobrimento”, exaltavam os heróis portugueses, glorificavam a missão civilizadora e evangelizadora, e enalteciam a pátria e a nação portuguesa.

Amílcar Cabral, ao refletir sobre o ensino colonial, fez críticas contundentes em relação a esse conteúdo, ao afirmar que:

Toda a educação portuguesa deprecia a cultura e a civilização do africano. As línguas africanas estão proibidas nas escolas. O homem branco é sempre apresentado como um ser superior e o africano como um ser inferior. Os conquistadores são descritos como santos e heróis. As crianças africanas adquirem um complexo de inferioridade ao entrarem na escola primária. Apreendem a temer o homem branco e a ter vergonha de serem africanos. A geografia, a história e a cultura de África não são mencionadas, ou são adulteradas, e a criança é obrigada a estudar a geografia e a história de portuguesa. (Cabral, 2008, p. 60-61).

Cá (2005) acrescenta que, ainda na década de 1970, no Liceu de Bissau, as esposas dos oficiais que serviam no exército colonial continuavam a ensinar aos jovens guineenses a epopeia dos navegadores portugueses, exaltando aqueles que teriam levado “Deus e a civilização” aos povos considerados “selvagens” de três continentes.

Por fim, a disciplina “Atividades da Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina”, que também era obrigatória desde o primeiro até o quarto ano (1º ao 4º), integrava o currículo da Escola de Habilitação de Professores e fazia parte da grade curricular das escolas de Portugal desde 1936.

Segundo Correia (1988), o ano de 1936 marcou de forma decisiva a configuração educacional instituída pelo Estado Novo, ao promover uma remodelação do Ministério da Instrução Pública (Lei n.º 1.941, de 11 de abril de 1936). Essa reforma trouxe uma nova designação ao órgão, que passou a ser denominado Ministério da Educação Nacional, e introduziu a adoção do livro de leitura única para cada uma das classes do ensino primário.

Ainda conforme Correia (1988), foi instituída para a mocidade portuguesa uma organização nacional de caráter pré-militar — a Organização Nacional Mocidade Portuguesa — e estabelecida a obrigatoriedade de se colocar, em todas as escolas públicas do ensino primário elementar, “por detrás e acima da cadeira do professor, um crucifixo, como símbolo da educação cristã determinada pela Constituição de 1933”.

Segundo Monteiro (2005), o corpo docente da Guiné-Bissau, durante o período colonial, era composto por europeus que lecionavam nas escolas primárias e por africanos que atuavam

nas chamadas Escolas de Posto. Apenas cerca de uma dúzia de guineenses, que haviam obtido diploma de magistério em Portugal, lecionava também em escolas primárias.

No ciclo preparatório, existente unicamente em Bissau, a maioria dos professores era composta por portugueses — em grande parte, militares e esposas de militares que se encontravam em cumprimento de serviço militar. Havia apenas dois docentes guineenses: uma professora, licenciada em Filologia, responsável pelo ensino de Francês; e um professor, licenciado em Música, encarregado da disciplina de Educação Musical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS PRELIMINARES

O percurso histórico da formação de professores na Guiné-Bissau remonta ao período colonial. O objetivo do projeto colonialista, ao criar o curso de Habilitação de Professores de Posto Escolar, era, sobretudo, capacitar docentes para atuarem nas áreas rurais, junto às comunidades locais, onde se ministravam aulas voltadas ao chamado ensino de adaptação. A política de habilitação de professores de posto integrava um conjunto de estratégias propagandísticas adotadas pelo regime de Antônio de Oliveira Salazar, no contexto mais amplo da reforma educacional das colônias durante a década de 1960.

A estratégia utilizada pelo regime colonial português, ao formar professores locais com instrução mínima — ou seja, limitando-se ao domínio básico da leitura e da escrita —, tinha também como finalidade substituir os professores europeus assalariados por mestres indígenas. Essa política representava vantagens estratégicas, pois reduzia as despesas do governo colonial com professores europeus e missionários contratados. Além disso, apresentava ganhos pedagógicos, uma vez que o professor nativo tinha maior facilidade de comunicação e de ensino na língua local, o que favorecia a adaptação e a integração com a comunidade.

Para além da Escola Arnaldo Schulz, no período pós-colonial em 1973 surgiram novos centros de formação docente, as chamadas Escolas Normais Superiores, que passaram a oferecer cursos de nível superior voltados à formação de professores. Embora algumas dessas iniciativas e projetos tenham tido curta duração, contribuíram significativamente para a organização das políticas educacionais, em especial no que se refere à formação de professores na Guiné-Bissau.

REFERÊNCIAS

CÁ, Lourenço Ocuni. **Perspectiva histórica do sistema educacional da Guiné-Bissau**. Tese (Doutorado) -Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo, 2005.

CABRAL, Amílcar. **Documentário: Textos políticos e culturais.** Apresentação de António E. Duarte Silva. Lisboa: Edições Cotovia, Lda, 2008.

CANÊDO, Leticia Bicalho. **A descolonização da Ásia e da África:** processo de ocupação colonial. Transformações sociais nas colônias. Os movimentos de libertação. 3. ed. São Paulo: Atual; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1986.

CORREIA, Luís Grosso. **Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e próspera nação.** O sistema educativo no Estado Novo. [s.l.]: [s.n.], 1998. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/122652>. Acesso em: 12 de outubro de 2025.

CUNHA, Jaqueline Freire; BA, Marcelina Santos. **Relatório diagnóstico das escolas de formação dos professores do ensino básico: contribuição para uma qualidade de ensino.** República da Guiné-Bissau, Bissau.: Ministério de educação e Ensino Superior, 2008.

Educação e Ensino: valorização das colônias pela educação profissional do indígena e necessidade de facilitar aos descendentes dos europeus o ensino elementar. *Gazeta das Colônias – Semanário de Propaganda e Defeza das Colônias*, ano 2, n. 41, 25 de novembro de 1926. Arquivo da Hemeroteca de Lisboa.

Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique, Decreto lei Nº 39: 666, 1995 Agência Geral do Ultramar Lisboa. Decreto-Lei n.º 39666, de 20 de maio. Diário da República. Data de Publicação: 1954-05-20: Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1954/05/11000/05600565.pdf> Acesso em: 15/06/2025.

FERREIRA, Eduardo de Sousa. **O fim de uma era:** o colonialismo português em África. Tradução do inglês por Maria Nazaré de Campos. Lisboa: [s.n.], 1977.

GONÇALVES, M.I.S.G.M. **A formação inicial de professores do ensino básico da Guiné-Bissau – um estudo sobre os modelos de formação e o seu contributo no desempenho profissional.** Dissertação (mestrado em ciências da educação área de formação de professores), Universidade de Lisboa Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Lisboa, 2002.

SILVA, António E. Duarte. **Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC.** Cadernos de Estudos Africanos [Online], 9/10 | 2006, posto online no dia 27 maio 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/1236> Consultado 15 de outubro de 2025.